



POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL



Lei N° 10.639/2003

Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.



Lei N° 11.645/2008

Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".



Lei N° 12.288/2010

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n°s 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.



Lei N° 12.711/2012

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.



Lei N° 14.723/2023

Altera a Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.



Portaria N° 470/2024

Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ.





POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO

DIVERSIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

ADO Nº 26/2019

O STF enquadrrou homofobia e transfobia como crimes de racismo. O Plenário entendeu que houve omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminalizasse atos de homofobia e de transfobia.

Decreto Nº 8.727/2016

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Portaria Nº 1.825/2025

Institui a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Resolução Nº 3/2025

Dispõe sobre a Governança da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+, nos termos da Portaria MDHC nº 88, de 27 de fevereiro de 2024, da Portaria nº 15, de 4 de junho de 2024, e da Portaria MDHC nº 17, de 13 de junho de 2024.

Portaria conjunta Nº 4/2025

Institui o Plano Nacional de Trabalho Digno LGBTQIA+.





POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO

DIVERSIDADES GERACIONAIS E SOCIOECONÔMICAS

Lei Nº 8.842/1994

Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Lei Nº 10.741/2003

Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

Lei Nº 13.445/2017

Institui a Lei de Migração

Decreto Nº 11.785/2023

Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas.

Lei Nº 14.914/2024

Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Lei Nº 12.657/2025

Institui a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, de que trata o art. 120 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Decreto Nº 12.603/2025

Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – PNEPT, regulamenta o art. 4º da Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, e institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica – SINAEP.

